

CÂMARA CASCUDO E A CONSTRUÇÃO DA (HISTÓRIA DA) CIDADE: REPRESENTAÇÕES E SABER URBANÍSTICO NOS ANOS 1920

Angela L. de A. Ferreira
George A. F. Dantas
HCURB/DARQ/UFRN

Anna Rachel B. Eduardo

Alenuska K. G. Andrade

Vindo de Pernambuco, onde se instalara para tratar da sua tuberculose sob os auspícios do clima dos trópicos, o português filho de ingleses Henry Koster chegou a Natal em fins de 1810. Registrando sem parcimônia tudo pelo caminho, desde as explicações para os topônimos, os costumes, o uso da rede, a tipologia habitacional ou o fausto de um jantar em uma casa-grande, não lhe escapou a aridez, a desolação e a dificuldade para chegar à capital da então província do Rio Grande do Norte por via terrestre. As dunas, em turbilhão pelo vento violento, mudando sempre de forma e posição, tornava a marcha lenta e cansava homens e animais, quer em comboios com mercadorias, quer em pequenas expedições como a de Koster.¹

Contudo, chamou-lhe ainda mais atenção a condição daquela cidade chamada Natal, onde a configuração do seu espaço urbano mal se esboçava nas poucas, empoeiradas e incompletas ruas da Ribeira e da Cidade Alta, como se lê no registro espantado que deixou:

“cheguei às onze horas da manhã á cidade do Natal, situada sobre a margem do Rio Grande ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse país, porque, *se lugares como esse são chamados de cidades, como seriam as vilas e aldeias?* Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta cidade, *o predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser para o futuro*”.²

Repetia e atualizava, assim, e de forma mais elaborada, os relatos de vários outros viajantes ou funcionários da administração colonial que passaram por Natal entre os séculos XVII e XVIII e que deram conta de sua condição precária de cidade. Em 1608, o governador geral do Brasil, D. Diogo Meneses, relatou ao Rei que a povoação havia pouco fundada não tinha “gente” (ou melhor, colonizadores brancos). Há o registro da existência de catorze casas em 1614. Sessenta em 1631. O príncipe Maurício de Nassau, no documento *Sommier Discours* de 1638, descreveu-a como uma cidade mui decaída.³ A paupéris da terra a alijava de maiores observações, como diria o personagem Alviano, nos “diálogos das grandezas do Brasil”, do século XVII: “Deixemos logo esse Rio Grande por esteril”.⁴

O tamanho diminuto e a pouca importância de Natal que transparecem nesses relatos logo tornar-se-iam motivos para remoques entre os habitantes da porção setentrional da Colônia. O sétimo bispo de Olinda, D. Antonio Frei Luiz de Santa Tereza, reportaria em ofício à Santa Sé de fins do século XVIII: *A civitate Natali, seu non tali (ut attenta ejus ternuitate per jocos dicitur)*.⁵ O trocadilho seria a única menção à cidade na passagem dos naturalistas Spix e Martius pelo Nordeste, registrada no seu *Reise in Brasilien in den Jahren 1817 bis 1820* (publicado em Munique entre 1823 e 1831): “também as duas províncias setentrionais, Rio Grande do Norte e Ceará, são idênticas nas suas condições físicas à de Pernambuco. A capital da primeira, a cidade de Natal, é a mais insignificante entre as cidades da costa ao norte do Brasil (**‘Cidade – não há tal’**, dizem os vizinhos)”.⁶ Sem o tom jocoso, as “Memórias históricas” de Joze Pizarro e Araújo seguiam na mesma trilha, apontando a contradição entre as suas reais condições e o título de cidade outorgado desde a fundação: “a capital d’esta Província, bem que se denomine [cidade de] Natal desde 1599, (...), contudo não passa agora de villa florescente”.⁷ Câmara Cascudo, que compulsou muitos desses relatos, afirma que o motejo perdurou até o final do século XIX.

Mais do que arrolar as descrições de Natal nesses e em outros documentos do período colonial – tarefa já empreendida com maior ou menor propriedade pela memorialística e historiografia locais –, interessa discutir neste artigo a maneira como esses relatos, narrativas e cartografias foram apropriados e conformaram não só uma história da cidade, mas principalmente um projeto historiográfico que, muitas vezes – quer direta ou indiretamente –, legitimou a República e os intentos de modernização urbana defendidos e promovidos pelas elites políticas e econômicas envolvidas. Isto é, a contraparte desse processo que, no âmbito da história urbanística, tem sido chamado de “desconstrução da cidade colonial”.⁸

Desconstrução física – derrubando casas, sobrados e quarteirões ditos insalubres, refazendo fachadas, construindo novos prédios ao sabor *fin-de-siècle* europeu, alargando e retificando ruas ou mesmo destruindo o tecido urbano do período colonial – que, para além dos imperativos e diretrizes técnicas, não pôde se desvencilhar do conjunto de formulações do pensamento social e histórico no Brasil da virada para o século XX.⁹ Não se destruíam apenas as pedras, as paredes, os elementos materiais que tornavam visível essa cidade, mas principalmente o conjunto de significados, negativos sobretudo, que parecia encerrar. Atraso, ignorância, indolência, insalubridade, falta de ordem, erros de fundação e localização, desleixo na construção de ruas e cidades, foram algumas das palavras e temas mobilizados para compor uma interpretação recorrente nos vários discursos sobre o espaço colonial que se tornaria hegemônica.¹⁰

Freqüentemente em negativo, a representação desse espaço na construção do passado foi parte integrante e fundamental, como se pretende discutir a partir do caso de Natal, do processo de modernização urbana empreendido no início do século XX. Já se afirmou o lugar que as formas de representação da cidade ocupam nas políticas e nas práticas de intervenção urbanas, como os saberes constituídos formam constructos intelectuais que ajudam a delimitar campos conceituais que orientam a observação e a avaliação da própria cidade;¹¹ ou mesmo o lugar das palavras e dos nomes na construção da realidade social e do discurso na formação do objeto sobre o qual se debruça.¹²

Aqui, importa deslindar especificamente uma certa interpretação na leitura da história da cidade que seria tema recorrente, ou melhor, substrato de várias representações que moveram discursos e justificativas no processo de modernização urbana de Natal. Interpretação que, embebida na série de registros dos viajantes europeus e mobilizando leituras científicas, deterministas e evolucionistas, procedimentos sociológicos, geográficos e históricos ou mesmo forjando mitos fundacionais, seria retomada e atualizada na década de 1920 e culminaria na construção hegemônica de sua história, cujo principal artífice foi Luis da Câmara Cascudo.

Além do vínculo e retomada, numa perspectiva crítica, da tradição intelectual local, em especial as representações de cidade e tentativas de análises históricas de Henrique Castriciano, Eloy de Souza, Manoel Dantas e Tavares de Lyra, e da pesquisa direta em documentos do período colonial (relatos de viajantes, atas do senado da câmara, cartas de aforamento, etc.) este processo seria perpassado, em Cascudo, pelas lides do modernismo e do regionalismo, pelo diálogo franco com Mário de Andrade, pelo olhar de um etnógrafo em formação, pela sua escrita ensaística, pelo elemento criativo e literário que é indissociável da sua obra, na qual a tradição oral popular ganhou uma significância que a equiparava aos fatos e registros oficiais que caracterizam a história tradicional.¹³

Contudo, antes de se analisar a leitura e contribuição – em formação nos anos 1920 – de Cascudo, cabe acompanhar e discutir os textos que lhe antecederam e ajudaram a forjar a interpretação-chave à elaboração da história de Natal. Relacionados cronologicamente aos ciclos mais intensos de modernização urbana, a tessitura desses textos, todavia, afasta-se daquele tipo apologético, oficial ou oficioso de artigos e matérias, de relatórios técnicos e mensagens de governo. É certo que, ao expressar certos ideais de modernidade e civilidade, não escaparam às injunções e elaborações de época acerca dos significados da cidade moderna. Entretanto, vê-los apenas como justificativas aos interesses das elites nos projetos de reforma urbana, além de ser uma interpretação simplista ou mesmo errônea, desconsidera-os *per se* e obscurece os valores,

os signos, as palavras, os fatos, as interpretações mobilizadas que ajudam a entender os sentimentos de uma época.¹⁴

O que interessa é exatamente o fio condutor que está na raiz desses textos e de sua interpretação, isto é, o tema da construção da cidade moderna, que, conformando uma tese central a este capítulo, pressupõe uma dupla operação: tanto a transformação física da cidade quanto a construção imagética e historiográfica da cidade sobre a qual se intervinha e se idealizavam e operavam reformas urbanas e planos gerais. Isto é, *pari passu* à “desconstrução da cidade colonial”, à construção física, material, da cidade moderna e à assunção de seus símbolos e valores, a construção historiográfica da (imagem da) cidade colonial.

Processo no qual a apropriação dos relatos dos viajantes dos períodos colonial e imperial foi fundamental. Mesmo ao longo do século XIX o Novo Mundo apareceu recorrentemente, no imaginário europeu, como uma “terra mal emersa da criação”, em que havia o predomínio da natureza sobre a sociedade e cujo tempo histórico era sempre o devir.¹⁵ E essa condição de vir-a-ser, aliado à problematização da questão racial, esteve na base da construção da história (oficial) da nação.¹⁶ Futuro posto em formulação e, no esteio de leituras científicas, em construção, principalmente a partir da chamada “geração de 1870”, formada pelos “homens de ciência”, bacharéis, médicos, cientistas e, depois, também engenheiros, que arrogariam para si o papel principal na transformação do país em uma nação civilizada e moderna.¹⁷

Em Natal essa formulação e construção seriam feitas a partir da constatação de uma ausência, do vazio, da inexistência de uma cidade que era apenas um predicamento pelo que viria a ser no futuro, como afirmou Koster, mas que não existia de fato. “Cidade apenas no nome” ou uma “massa esperando aspecto”, diria Cascudo em fins da década de 1920.¹⁸ A condição de cidade instituída desde a sua fundação (sem ascender na hierarquia de importância dos aglomerados urbanos coloniais: arraial-freguesia-vila-cidade),¹⁹ embora até o início do século XX não condizente com o título de nascente, colocava diversos problemas aos intelectuais que tentavam pensar a história da cidade e a sua incipiente transformação que vivenciavam e da qual eram partícipes. Quer apontando o erro fundacional dos portugueses, o que explicaria o seu atraso e a psicologia de seus habitantes, estabelecendo a crítica à colonização portuguesa e o elogio da civilização holandesa, constituindo um mito de origem que tornava plausível a construção da Natal moderna, ou as bases sistemáticas de uma historiografia local, o novo regime político apareceria, para a elite local – intelectual sobremaneira,²⁰ como o momento de tornar presente esse futuro, de dar aspecto a uma massa indistinta, de dar substância ao nome.

UMA CIDADE INEXISTENTE

Se há o registro de alguns textos de cunho historiográfico e/ou memorialístico, desde o último quartel do século XIX, como o “Breve notícia da província do Rio Grande do Norte” (1877) de Manoel Ferreira Nobre ou o ensaio “Homens de Outr’ora” (1898) de Manoel Dantas, além de referências esparsas em alguns artigos ou trechos de mensagens oficiais, não obstante a consulta ao conjunto de fontes desse período faz supor que essa produção era pouco significativa tanto em volume como em qualidade.²¹ O esforço pela construção mais sistemática e consistente de uma história local apareceria no início do século XX, vinculado à criação do Instituto Histórico e Geográfico do estado.

Fundado em 1902, sob os auspícios da primeira administração do governador Alberto Maranhão, o IHGRN não se afastaria do padrão dos seus pares nacionais estabelecidos ainda no Império. Caracterizavam-se mais como “sociedades de corte” do que como agremiações intelectuais e por produzir um saber de cunho oficial que ajudava a recriar o passado e a solidificar mitos de fundação. Subvencionados diretamente pelo estado, legitimavam as elites locais e escreviam uma história eminentemente regional.²²

Embora não seja o interesse deste trabalho discutir a especificidade da composição social e da produção historiográfica do IHGRN – o que exigiria, de início, uma pesquisa acurada em sua revista²³ –, não se pode esquecer o papel que a instituição desempenharia na organização de um

importante acervo ou na inserção de diversos intelectuais, empenhados na construção da história de Natal como cidade, no seu quadro de sócios. Congregando documentos raros, coleções particulares e oficiais, cartapácios do período colonial, relatos de viajantes, permitiu a elaboração de estudos mais fundamentados, como o “Índios célebres do Rio Grande do Norte” de Luiz Fernandes. Ademais, era um centro de discussão intelectual que, bem ou mal, reverberava temas candentes colocados nacionalmente.

É dentro desse espírito de época que se pode compreender a série de nove artigos que Henrique Castriciano²⁴ dedicou ao poeta popular Lourival Açucena por ocasião do seu falecimento. Publicados originalmente no jornal A República entre julho e agosto de 1907, seriam reeditados nas décadas de 1930 e 1960 – aqui na forma de livro organizado por Cascudo e intitulado “Nosso amigo Castriciano”.²⁵

Nascido em 1827, Lourival Açucena, o trovador do “bom humor grosseiro” herdado da “velha chalaçaria portuguesa”, aparece para Castriciano como um mote para pensar e discutir a cidade. Era antes de tudo um “typo representativo” da Natal antiga e o seu falecimento representava o fim de um período de uma cidade ainda em transição no início do século XX.²⁶ Eivado numa leitura determinista que em vários momentos parece estar se remetendo a “Os Sertões” de Euclides da Cunha,²⁷ não é a qualidade da poesia de Lourival que interessa, salvo quando denuncia ou revela traços atávicos, matrizes formadoras do tipo local ou nacional. De fato, um esboço de crítica literária que, tributária das formulações da chamada “Escola do Recife” e, em especial, de Silvio Romero, tomaria as noções de raça e natureza como fundamentos científicos para entender a formação de uma literatura e de um estilo originais sob os trópicos.²⁸

Assim, não surpreende que os três primeiros artigos fossem destinados à descrição do meio físico, da cidade “que serviu de berço à curiosa figura literária” que Castriciano se propunha a estudar. Natal era descrita como um arremedo de cidade que os melhoramentos empreendidos dentro do regime republicano pouco puderam fazer para mudar-lhe as características.²⁹

Resultado do “erro dos que a fundaram”, a cidade permaneceu enquistada por três séculos entre o rio, as dunas e o oceano. “Ella devia estar na outra margem ou, por exemplo, em Guarapes”, onde, devido a menor largura do rio Potengi, facilmente se construiria uma ponte que permitisse o acesso ao sertão da pecuária e produtor de algodão. Isolada, “sem comunicação fácil para o interior”, sem comércio, indústria, recursos próprios ou movimento, escravizada cultural e comercialmente à capital pernambucana, “Natal ficou sendo uma cidade curiosa, mixto singular de bucolismo e de civilização em esboço”.³⁰

Mais ainda, o meio físico – “a topographia da capital, a paisagem doce e aspera ao mesmo tempo, a vizinhança do mar, a brutalidade do nordeste” – e social determinara o comportamento psicológico do natalense comum, fruto do isolamento e, por conseguinte, do atraso. Eram, como exemplificava ordinariamente o poeta Lourival, assimiladores, bastante indolentes e um pouco sensuais, ignorantes (da vida moderna nos grandes centros), céticos e incapazes de profundas afeições ou de ódios acirrados.³¹

Tentando estabelecer a especificidade local, Castriciano evocava no entanto uma série de representações comuns acerca do povo e do que seria a raça brasileira. Por outro lado, se o clima e o meio influíam negativamente na formação do indivíduo, esses determinantes não lhe apareciam irreversíveis ou inconciliáveis. Intelectual filho do “século da ciência”, da fé no poder transformador do progresso, Castriciano vislumbrava nas transformações materiais do meio físico a possibilidade de superação do atraso e do atavismo psicológico do natalense. Mesmo dentro de modelos hierárquicos, normativos e eurocêntricos, desvencilhava-se assim do viés condenatório de alguns autores que tiveram influência no meio intelectual brasileiro, como Buffon ou Cornelius de Pauw, para quem a “ação depravadora” dos trópicos atravancaria o progresso e a superação do estado selvagem.³²

Os artigos seguintes – partes IV a VIII – dedicavam-se a entender o poeta Lourival e sua inserção no meio físico e social de Natal. Ascendência, descrição física, modo de falar e andar, predicados

intelectuais, influências e interesses artísticos, posicionamento político, leituras e autores favoritos, hábitos, desventuras na boemia, a minudência do relato de Castriciano procurava fixar a expressão viva de um tipo, demonstrar como a individualidade conformava-se, constrangia-se, restringia-se aos condicionantes do meio.

Aluno inteligente, de “assombrosa memória”, Lourival tivera a oportunidade de estudar francês, latim, filosofia, retórica, música; conhecia de sobejo história antiga, as tragédias gregas e “Os Lusíadas”. Contudo, em meio ao “retardado sentir natalense” não pôde acompanhar a “evolução da intelectualidade brasileira”. Assim, sua produção poética também se ressentia na modorra local. Os vôos curtos de sua musa continuavam com uma “insuportável feição arcádica” mesmo no auge do romantismo no Brasil.³³

Se possuía versos tão datados ou mesmo sem qualidade artística, o que explicaria a persistência da fama do poeta popular por tantos anos, até o início do século XX? A razão, insistia Castriciano, estava no meio isolado fisicamente e, por conseguinte, atrasado social e culturalmente.³⁴

Enquanto a Corte e diversas outras províncias tinham evoluído ao longo do século XIX, Natal não recebera nenhum quinhão desse progresso. Estava presa ainda aquela vida acanhada, mesquinha, embora simples, ingênua, natural, que marcara a vida no Brasil colônia, para a qual Lourival era, mais do que um tipo, um símbolo.³⁵ Símbolo do período em que “a área da cidade mais ou menos decentemente construída era insignificante; havia grande número de palhoças e entre os dois bairros estendiam-se muitos metros de terreno desocupado, predispondo os moradores de uma outra parte ao retraimento que o tempo mudou em rivalidade”.³⁶

Símbolo persistente que parecia ser a um só tempo matéria curiosa, de assombro, espanto e, principalmente, de incômodo. Assombrava porque, como um elemento pitoresco, encarnava “o espírito alegre da antiga sociedade natalense” ainda no início do novo século; incomodava porque lembrava as conseqüências e os significados da permanência dos elementos do isolamento da cidade, apesar do advento do novo regime e do século XX. Nas palavras de Castriciano: “A Republica como que reformou a capital; esta alargou-se, estendeu-se, porém os melhoramentos não alteraram a sua physionomia de aldeia.”³⁷

Inescapável e eloqüente conclusão a que esse intelectual e homem de governo fez chegar. Interessado havia muito nas “causas retardatárias do nosso progresso”,³⁸ Castriciano não se iludia, ou melhor, contentava com as reformas urbanas empreendidas até 1907. Sem atacar decisivamente as questões que se lhe afiguravam essenciais, Natal mantinha ainda a sua acanhada “physionomia de aldeia”, permanecia como um arremedo de cidade; condição que exacerbava o sentimento de atraso em relação ao que se considerava “civilizado”.

Propondo estabelecer uma crítica literária da obra de Lourival, o texto de Castriciano todavia não se demora a pôr em primeiro plano a matéria que lhe subjaz e logo o fundamenta: a relação de determinação entre o meio, as condições sociais e a história. A narrativa sobre o poeta popular ajudava assim a moldar e ilustrar a interpretação sobre as condições do atraso de Natal. Cidade que não era cidade, pouco mais que aldeia, a possibilidade de projeção para o futuro como “capital digna” baseava-se na capacidade de se reverter as condicionantes negativas impostas pelo meio, superando os elementos geográficos e históricos do seu isolamento, pode-se resumir grosso modo a elaboração de Castriciano.

Não se pode deixar de sugerir uma última possibilidade de leitura desses artigos, que aparece em contraponto. A incompletude das reformas empreendidas sob o regime republicano até aquele momento revelava-se, mais do que na persistência da obra de Lourival – que, sem o mesmo “ambiente social” que lhe formara, definhava junto com os costumes, as festas, os eventos nos quais foi pródigo³⁹ –, na insatisfação das elites republicanas, que se manifestava em textos como esse de Castriciano. Em transição, Natal não era mais a “aldeia” bucólica e cediça da geração do velho poeta, mas também não era (ainda) a cidade almejada pelo projeto modernizador dessas elites.

Em fevereiro de 1909, Eloy de Souza⁴⁰ abria a série de conferências programadas para o salão de honra do palácio do governo, durante a segunda administração de Alberto Maranhão, retomando o tema da cidade em transição e exacerbando o sentimento de incômodo frente aos costumes ainda não assentados à nova realidade urbana – que se ansiava transformar. Em suas palavras, “...de cinco anos a esta parte, Natal perdeu por assim dizer, repentinamente, costumes que pareciam inveterados, não encontrando, entretanto, sucedâneos em harmonia com as necessidades espirituais de seu tempo”.⁴¹

Incômodo que se traduzia em descompasso, revelando assim a chave de leitura de sua narrativa, o que permite compreender o itinerário que percorre para chegar a “uma época de hábitos que, apesar de nos serem mais próximos, parecem, entretanto, afastados e remotos, como se os víssemos através de um binóculo invertido”.⁴² Que hábitos eram esses, cuja distância – social, cultural e temporal – demarcava claramente?

Não os daqueles que habitavam as terras ainda por descobrir ou mesmo daqueles que a conquistaram e defenderam – advertia Souza a sua platéia –, mas “dos que fizeram a cidade, semearam os povoados, plantaram as fazendas, situaram e moveram os primeiros engenhos”; isto é, daquela população, urbana e rural, que se assentou e se consolidou ao longo do século XVIII na cidade de Natal. Costumes moldados em uma vida social sem atrativos, em um espaço urbano precário, “com a sua igreja, a cadeia, a forca, o pelourinho, a casa da câmara e as moradas esparsas pelo areal dos dois bairros, entaipadas umas, outras, e eram o maior número, tecidas de ramos e cobertas com as folhas das diferentes palmeiras indígenas”, tudo isso contribuía para compor um quadro de estagnação e atraso.⁴³

Para Souza, os hábitos que pareciam tão distantes – embora tão próximos, reconhece – no tempo e no espaço também não eram decerto aqueles forjados no ambiente sertanejo, em especial da região do Seridó, para o qual tece um longo e respeitoso elogio. Lugar de homens de “espírito prático”, de “elementos étnicos mais aptos”, o sertão era representado como fonte de reserva moral e física da nação.⁴⁴ O elogio à esfera privada do espaço senhorial, patriarcal, tutelado, da casa sertaneja e da casa-grande não desvirtua todavia as suas considerações sobre a cidade; o que desmonta, desde logo, uma leitura apressada que o vincule estritamente às tendências agraristas, anti-urbanas, de parte do pensamento social brasileiro – para as quais a cidade era um espaço de decadência.

De certo modo, o elogio de Eloy de Souza ao sertão pode ser aproximado àquelas manifestações tradicionalistas de valorização do nordeste que, depois, na década de 1920, fariam parte do movimento regionalista; conscientes da decadência da região, apontavam para a construção nostálgica do seu “passado glorioso”.⁴⁵ Não por acaso, Souza foi um dos colaboradores do Rio Grande do Norte, ao lado do seu irmão Henrique Castriciano, do “Livro do Nordeste”, com um artigo sobre os cantadores da região.⁴⁶ Atitude que não era nova, tendo em vista a ação de ambos em promover aspectos da cultura regional – a culinária e os desafios dos cantadores e violeiros, por exemplo – nos eventos oficiais de recepção a visitantes ilustres desde o início do século XX.⁴⁷ Entretanto, esse movimento de valorização não correspondia a uma defesa do espaço tradicional da cidade. Ao contrário, a “agonia do velho Natal” era saudada com impaciência e regozijo.

Frente à força do tempo e às promessas do progresso, não havia espaço para nostalgias, remorsos ou restrições. Não importava a “mutilação da paisagem do sertão” pelas estradas de ferro e de automóveis ou pelas barragens e açudes, se isso significasse minorar o sofrimento das secas; nem a perda das “tradições ingênuas”, das peixadas ao luar, das “cavalhadas bizarras”, das romarias fluviais, dos passeios aos arrabaldes, se isso significasse uma cidade adequada às “necessidades espirituais” – e aos imperativos econômicos – dos novos tempos.⁴⁸ Em meio ao conjunto de influências teóricas que podem ser desveladas ao longo da conferência, há pelo menos duas outras observações que devem ser feitas sobre o conjunto de considerações que Eloy de Souza estabelece para falar dos “costumes locais”.

Antes de mais nada, deve se chamar a atenção para este que é possivelmente o primeiro registro de uma interpretação que se tornaria chave à historiografia local: a cidade, depois de um “sono” trissecular, assumiria finalmente, em princípios do século XX, a sua condição outorgada desde a fundação. Estabelecia assim um vínculo entre o “projeto” modernizador das elites republicanas no estado e um suposto destino histórico inscrito nas suas origens – um mito de fundação – que teria várias e diversas implicações ulteriores. Em 1911, por exemplo, Tavares de Lyra, em um livro de divulgação sobre o Rio Grande do Norte – uma espécie de mensagem de governo para-oficial –, exporia claramente essa relação, inscrito no sentimento comum a muitos de entusiasmo com a República e com as transformações engendradas no contexto do novo regime: “Natal, que tem mais de tres séculos, era, não ha mais de vinte annos, uma pequena cidade atrazada, sem hygiene, sem conforto, sem movimento, sem vida, [...]. A transformação da Capital começou com o novo regimen”.⁴⁹

A naturalidade e o entusiasmo com que Eloy de Souza afirmou “tudo mudado” parece exprimir – e esta é a segunda observação que interessa destacar – muito mais a condição do observador do que a realidade sobre a qual se debruçava, ou melhor, para a qual lançava as suas vistas. Não à toa fez uso da imagem do “binóculo invertido”: o instrumento do cronista “estrangeiro” que registrava despreocupadamente o pitoresco, o exótico, o alheio; suas lentes revelam o sentimento de descompasso, de não pertencimento, enfatizam a distância dessa elite letrada em relação àqueles costumes, e configuram um olhar “desatento” do mundo em que habitavam – como diria Sérgio Buarque na década de 1930 acerca dos intelectuais republicanos.⁵⁰

Lentes européias, “civilizadas”, contemporâneas e expectadoras do “bota-abaixo” realizado no Rio de Janeiro sob a liderança do engenheiro Pereira Passos, para as quais os hábitos populares eram sempre vistos como desregrados, desajustados, incompatíveis; defeituosos até, como Souza referir-se-ia a respeito do descuro das “mais elementares condições de hygiene” da maioria dos natalenses, da apatia, da “moleza tropical”, da falta de cordialidade, de “polidez e do respeito”, quer de crianças, jovens ou adultos. “Em qualquer parte onde vos encontréis [as moças e senhoras da cidade] casualmente reunidas, haverá sempre exata coincidência em notardes os recíprocos defeitos, oriundos desse eterno estar em casa ...”.⁵¹

Para a cidade em transformação, ou mesmo em processo de criação – como se afigura nas representações sobre Natal –, e seus novos (e poucos) espaços e cenários de uma vida pública normatizada, exigiam-se novos modos, novos hábitos, novos comportamentos, distantes dos costumes locais e do ambiente que os forjou. Possibilidade que só se encontraria, preconizava Souza, na organização de um sistema educacional extensivo para homens e mulheres, e não na tradição – resqúcio de um passado que se supunha, ou que se desejava, superado.

Pouco mais de um mês depois, em 21 de março de 1909, Manoel Dantas⁵² daria seqüência ao ciclo de conferências programadas para o salão de honra do palácio do governo estadual com o tema “Natal daqui a cinqüenta annos”. Criação literária, misto de ficção científica – no sentido dos textos prospectivos ou dos ensaios utópicos oitocentistas –, *humour*, crônica jornalística, anseio cosmopolita e libelo progressista, o texto logo se tornaria um “clássico”, um parâmetro ao qual, nas décadas seguintes, voltar-se-ia para medir o quanto a cidade tinha – ou não – se modernizado ou para atestar a presciência do conferencista.⁵³

Contudo, resumir a importância da conferência a um mero exercício de futurologia acaba por deslocá-la do seu contexto. Ademais, não observa que, assumindo um formato de escrita mais livre, sem as preocupações científicas dos textos de cunho etnográfico ou geográfico,⁵⁴ podia exprimir acerba e claramente os desejos, as visões, as figurações do significado de civilização e progresso urbano de pelo menos um dos representantes mais ilustrados e atuantes das elites republicanas locais; isto é, tira-lhe o chão que o torna mais significativo e compreensível.

Se o texto suscita várias possibilidades de discussão,⁵⁵ não parece errôneo afirmar que o fio condutor da sua narrativa se assenta na construção da história da cidade. De fato, a especulação sobre a Natal projetada cinqüenta anos a frente só é possível após esse movimento (em quatro atos): a fundação em um território edênico; o caimento, como nos contos populares e nos textos

bíblicos, em consequência das “paixões indomáveis”, do ódio, da cobiça e da vingança, do sangue derramado e da natureza destruída; o terceiro ato é o da punição e purgação pelo isolamento e pela insignificância; por fim, a permissão divina para retomar o seu desenvolvimento, para modernizar-se e ingressar na modernidade.⁵⁶ *Surge et ambula*, determina-o. A república era este momento de determinação e refundação da cidade.

Narrativa fabulosa e nebulosa – com referências, amiúde cifradas, à posse inicial do território, à colonização portuguesa, à ocupação holandesa, à Guerra dos Bárbaros, dentre outros temas da história oficial da nação, além dalguns fatos pitorescos do início do século XX – em que a tese sobre a história da cidade ganha uma versão mítica, atemporal, como um conto popular que poderia ser transmitido oralmente. Não obstante as tintas de um enredo fantástico, o substrato é similar aos textos de Henrique Castriciano e de Eloy de Souza.

Homem de muitas leituras, atento às notícias e às transformações que aconteciam no mundo ocidental,⁵⁷ preocupado com questões colocadas nacionalmente – como a difusão da educação –, a cidade que surge em sua conferência é uma reiteração da fé no saber técnico-científico como uma esfera neutra acima dos conflitos e dramas sociais e nas potencialidades civilizatórias do capitalismo.

Dentro dessa perspectiva, por exemplo, o texto de Manoel Dantas vislumbrava a resolução dos problemas sociais seculares presentes na história brasileira, como aqueles evidenciados nos períodos mais graves das secas. A racionalidade do homem moderno, transmutada na figura dos engenheiros das comissões federais e nas grandes obras que cumpririam a promessa sebastianista de transformar o sertão em mar, punha por terra os entraves ao crescimento. “A seca desapareceu, ou por outra, o homem venceu a seca”, afirmaria: “... barragens colossais haviam fechado aquelas passagens que se escancaravam como partes de uma grande muralha de resistência violentamente rompida. Formaram-se deste modo quatro lagos artificiais bastante extensos e profundos, cujas águas [...] foram se infiltrando pelas terras, foram se desviando pela irrigação, de maneira a converter quase todo o Seridó num vasto brejal”. A pujança econômica do sertão seria parte essencial na consolidação de Natal como centro econômico e político do estado. “Natal alegra-se com estes resultados, porque é o escoadouro dos produtos do sertão”.⁵⁸ Todavia, interessava-lhe ainda mais as fantasmagorias e o movimento febril da grande cidade moderna. A Natal que surge da sua narrativa é uma metrópole feérica e industrial onde os ícones da modernidade *belle époque* cingiam-se aos grandes equipamentos, máquinas, transporte de massa, fulgores de eletricidade; aonde convergiam as artes, os negócios, a arquitetura e também o imenso transatlântico, os aeroplanos e *tramways*, as longas estradas de ferro do trem transcontinental – anulando distâncias e tempos, diminuindo diferenças e ampliando a percepção do mundo, como num “caleidoscópio monstro”; onde as inovações tecnológicas, o telégrafo, os tubos pneumáticos, o telefone, a “fotografia à distância” – que exibia “as óperas e as outras peças de efeito que a esta mesma hora entusiasma as casas de espetáculo de Paris, Londres e Nova York” –, os ascensores elétricos, os mostradores e as vitrines, faziam parte do cotidiano de seus habitantes; onde o porto recebia uma população cosmopolita que formiguejava em pandemônio por entre os “guindastes elétricos, restaurantes, cafés-concerto, bares, bazares”; onde a “miríade de lâmpadas elétricas” e de “cores caprichosas” iluminavam “os esplendores e as misérias da civilização”; onde “as torres dos edifícios e as chaminés das usinas parecem braços erguidos para o céu num desafio a forças desconhecidas”;⁵⁹ onde o elogio do progresso – e a urbanização sem pudor das dunas, dos fundos de vale, do mangue, das margens do rio e do mar – se fazia ao lado do registro poético da paisagem natural.⁶⁰

Para além “da névoa do Sonho [de] uma cidade gigante”,⁶¹ cosmopolita, feérica e industrial, pode-se perceber uma concepção de cidade circunscrita e restrita, cujo acesso e uso e ocupação do solo era determinado hierarquicamente. Não à toa figuraria como emblema dessa cidade, num monumento erguido em sua praça central, uma frase – “façam o progresso que eu mantenho a ordem”⁶² – atribuída ao principal líder republicano no RN, Pedro Velho, para lembrar, pode-se dizer hoje, a face excludente e autoritária e as limitações inerentes à modernização no Brasil.⁶³ O caráter prospectivo da conferência externava portanto os anseios de parte da elite intelectual local para um “projeto” de modernização urbana que, com maior ou menor sucesso, tentava-se

implantar desde a última década do século XIX. Com ênfase na estética e na técnica e tendo como modelo as grandes reformas urbanas européias – em especial a Paris de Haussmann – ou, no caso das cidades menores, o maior exemplo nacional, o Rio de Janeiro, a “Paris nos trópicos” do engenheiro Francisco Pereira Passos, as cidades brasileiras – ou melhor, as suas elites – esforçavam-se por superar a estagnação econômica herdada do período colonial e todas as representações daí decorrentes.⁶⁴

Assim, pode-se aventar que as “previsões” de Manoel Dantas, pelo menos no que concerne às transformações urbanas de Natal, são umas das primeiras verbalizações do “projeto” insistente que se formulava para a cidade e que seria depois articulado e ganharia corpo definitivamente com os planos urbanísticos da década de 1920. Ao atar as pontas de um passado distante e impreciso ao momento de refundação da cidade com a República, a conferência “Natal daqui a cinquenta anos” ajudou, em sua versão mítica, a construir esse passado que se negava; em paralelo, ao apontar para o futuro, formou um retrato significativo dos intentos das primeiras elites republicanas.

FABULAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DA CIDADE (MODERNA)

É desse conjunto de representações que Luís da Câmara Cascudo⁶⁵ parte para construir a sua narrativa sobre a história da cidade. Embora se aproprie da produção historiográfica anterior, dos temas discutidos e, principalmente, dessa interpretação-chave que vinha se desenvolvendo desde o início do século XX, Cascudo não se limita a repeti-los ou atualizá-los. Em meio às discussões, influências e disputas intelectuais dos anos 1920, às aproximações e oposições entre regionalismo, tradicionalismo e modernismo, a cidade não é mais tomada (somente) por uma perspectiva “civilizadora”, pelos discursos apologéticos do “progresso”; e nem o viés de condenação ou o olhar paternalista que enquadra como exótico ou pitoresco é mais o único meio para entender, descrever e se aproximar do espaço tradicional da cidade, dos hábitos e das relações sociais que aí se desenvolvem.

Assim, o novo e original registro cascudiano também não escapou, muito ao contrário, ao conjunto de discussões sobre o processo de modernização por que a cidade passava. De fato, a observação da cidade em transformação é tomada como objeto privilegiado da sua produção intelectual e literária desde os primeiros escritos. As crônicas cotidianas – quer abordando a situação do pedinte em Natal, a inadequação da moda européia ao clima tropical, a paisagem natural que circunda a cidade ou o desaparecimento das festas populares, por exemplo⁶⁶ – revelam um observador atento que, ao assumir paulatinamente um papel de liderança e referência no meio intelectual local a partir dos anos 1920, seria decisivo na construção não somente da compreensão mas dos próprios significados desse processo.

Afirmar isto significa chamar a atenção para uma narrativa que, ainda em formação na década de 1920, tornar-se-ia hegemônica, principalmente depois da publicação do livro “História da Cidade do Natal”, em 1947. Um marco na produção historiográfica local desde a sua primeira edição, a estrutura e a discussão do livro todavia não podem ser compreendidas sem uma olhar em perspectiva tanto para vários dos textos que Câmara Cascudo publicou nas duas décadas anteriores como para o debate técnico e intelectual que os secundara.

Em meio aos muitos temas discutidos e à irregularidade da escrita ensaística que marca o livro, oscilando entre a história, a memória e a literatura,⁶⁷ há dois capítulos em especial (o XV, “Cidade Alta e Ribeira”, e o XXII, “Xarias e Canguleiros”) que nos ajudam a compreender a consolidação dessa narrativa sobre a história da cidade. Mais ainda – e este aspecto interessa sobremaneira a esta pesquisa e à tese que conforma este capítulo –, delimitam o momento preciso em que Natal teria superado a sua condição de não-cidade, em que teria deixado para trás as razões que justificavam o remoço colonial “Não ha-tal, natal”.

Na narrativa de Cascudo, os anos 1920 conformaram esse momento de fundação da cidade (moderna), em que Natal assumiria a condição que lhe foi outorgada havia mais de três séculos. A

leitura sobre a reforma da Avenida Junqueira Ayres é muito emblemática para a interpretação desse processo.

A Junqueira Ayres, no final da década de 1920, era a avenida por onde passavam os bondes e os ônibus, desciam as normalistas e estudantes rumo à Escola Doméstica; rumo à Av. Tavares de Lira, iam-se às vitrines à moda parisiense, aos cafés e *rotisseries* e aos pontos *chics* de reunião, passear a elegância e o *spleen* de Natal; assistir as regatas no rio Potengi ou aos espetáculos e filmes do Cine-theatro Carlos Gomes e do Politheama. Pela Av. Junqueira Ayres passavam muitos daqueles que tinham seus afazeres entre os bairros da Ribeira e da Cidade Alta. O seu calçamento defeituoso, além de um entrave à circulação na pequena capital, era a lembrança de um passado que não se queria para Natal; o passado expresso nos antigos topônimos – antiga Ladeira, Subida da Ladeira ou rua da Cruz – que designavam o único e difícil acesso, a “ladeira íngreme, escorregando como sabão depois das chuvas”,⁶⁸ entre os dois núcleos primeiros que configuravam o espaço urbano da Natal do período colonial. Diria Cascudo:

A história que terminava era aquela do passado colonial. “O prefeito Omar O’Grady pôs Natal no caminho do século XX. Estava [ainda] no XVIII”.⁶⁹ Embora não quisesse resumir todo um processo de transformação em apenas uma década ou nos seis anos de administração de Omar O’Grady, ou mesmo em uma única obra de reforma urbana, o calçamento da Junqueira Ayres adquiria, para Cascudo, uma importância chave para simbolizar ou sintetizar essa passagem para uma cidade moderna.

A cidade colonial aparece como uma cidade fragmentada, bi-partida, separada pela própria conformação fisiográfica, pela, como seria tematizada durante o século XIX e início do XX, terrífica e “miasmática” Campina da Ribeira. Um dos traços característicos desta separação entre os dois núcleos primeiros da cidade estaria na tradição “belicosa” das disputas, escaramuças e brigas entre os homens dos dois bairros, que perduraram do século XVIII até o terceiro quartel do século XIX, e que poderia ser resumida no grito de guerra que os separava: “Xaria não desce! Canguleiro não sobe!”

A mofa de ambos provinha da alimentação preferida em cada bairro no final do período colonial. Xaria, morador da Cidade Alta, era o comedor do xaréu (do gênero *Caranx*). Canguleiro, morador da Ribeira (cidade baixa), era o comedor do cangulo ou peixe-porco (*Balistes carolinensis*).⁷⁰ A nomeação, contudo, não explicava a dissensão, a rivalidade que durou décadas. “Moleques, valentões, meninos de escola, desocupados, praças do Exército [cujo quartel ficava na Cidade Alta] e do então Batalhão de Segurança [sediado na Ribeira] mantinham o fogo sagrado dessa separação inexplicável”, que tinha como palco privilegiado das batalhas de “espadas de arco de barril, pedradas, areia e insultos dignos de toda a malandragem de um morro carioca”, o beco do tecido (atual rua Juvino Barreto), aos pés da rua da Cruz, a Junqueira Ayres, quase sempre depois das festas populares e religiosas.⁷¹

Pondo de lado a discussão dos aspectos sociológicos ou antropológicos desta rivalidade que fez parte da tradição popular e oral da cidade,⁷² importa observar que o esmaecimento desta “separação inexplicável” estaria estreitamente vinculada ao processo de modernização da cidade e à introdução dos melhoramentos e novos equipamentos urbanos, em especial os novos meios de transporte: inicialmente o bonde a burros, em 1908, e elétrico, a partir de outubro de 1911, e os automóveis e “auto-omnibus” na década seguinte. A facilidade de comunicação entre os dois núcleos seria decisiva e consolidaria, nos anos 1920, a transformação e passagem para a cidade do século XX. A afirmação de Cascudo é muito significativa a este respeito, embora tenha permanecido em aberto por sugestivas reticências: “O calçamento da avenida Junqueira Ayres levou esse elemento a ponto de fusão. *Misturaram-se, confundiram-se, uniformizaram-se*. Xarias e canguleiros morreram. *Ficou o Natalense...*”⁷³

Sem a pretensão de se estabelecer uma exegese ou “arqueologia” do texto do livro “História da Cidade do Natal”, é importante destacar que esta interpretação de Cascudo estruturou-se no calor das discussões dos próprios anos 1920, como pode se depreender dos muitos artigos e livros que escreveu neste período. Mais ainda, temas, trechos e capítulos do livro podem ser encontrados,

por vezes *ipsis literis*, em vários desses escritos, como “Joio” e “Histórias que o tempo leva”, ambos de 1924, ou o artigo “Cidade do Natal”, de 1926.

Em “Joio”, por exemplo, livro de crônicas, alguns quase contos e crítica literária,⁷⁴ o tema da cidade em transição é claramente marcado. É a cidade da “fortaleza [que] dormita, toda negra, massiça e quadrada, guardando, ha trez seculos, a terra pequena que se chama Natal”; espaço de, pelo menos, duas temporalidades distintas: o da cidade moderna, dos sons barulhentos, do cinema e dos bondes, que à noite se recolhe e cede lugar ao silêncio, à quietude das ruas da cidade antiga, às “notas graves do sino da cathedral”. O povo aparece, para Cascudo, alheio aos movimentos em ambas cidades: “nas ruas distantes, n’um amontoado informe de casinhas, o povo dorme, fatigado, embrutecido, alcoolizado, esquecido do amanhã, da luta de hontem, do horror de hoje”.⁷⁵

Para além dos procedimentos literários, ainda era possível vislumbrar, nos anos 1920, o tempo da cidade antiga. Cidade para a qual se voltava quando se enfastiava da “civilização e dos confortos de hoje” e pela qual transitava, não por meio dos livros ou nas andanças pelos “velhos logradouros”, mas pela memória dos que viveram o século XIX e ainda resistiam às primeiras décadas do XX. Se há um apelo nostálgico nesse escrito – quando afirma sofrer a saudade de um tempo que não viu –, esse sentimento é claramente mediado pelas representações de um “triste homem de uma civilização requintada”, como Cascudo se qualificaria, o que o impedia de compreender totalmente uma época a qual chama de “estranha”.⁷⁶

O esforço de aproximação, ou recriação, do passado por meio da literatura exacerba-se em “Histórias que o tempo leva...”. Esse procedimento não é exclusivo de Cascudo: a literatura, para a sua geração, muito mais do que um “campo privilegiado dos recursos expressivos da linguagem”, é uma referência para compreender e discutir os mais variados aspectos da vida social.⁷⁷ Nesse livro – resenhado por Gilberto Freyre e Mário de Andrade –, o escritor apenas aparentemente cede lugar ao historiador. A representação do passado surge como uma narrativa em que se amalgamam os fatos históricos oficiais e as lendas, os mitos, os elementos da memória coletiva da cidade. Nesse sentido, é exemplar a leitura que empreende da lenda que se criou em torno da morte do holandês Pieter van Broeck. Lenda que é transformada em enredo literário que, por sua vez, passa à história da cidade – e a assombraria ainda.⁷⁸

As narrativas sobre o período do jugo holandês ou sobre a passagem de Koster por Natal, em 1810, revelam ainda o manuseio das fontes originais que fundamentariam a (re)escrita de Cascudo sobre a história da cidade. As imagens da cidade diminuta, desvinculada da rede urbana do período colonial e, por isso, tacanha e sem desenvolvimento são iluminadas pelos documentos dos viajantes.

Entretanto, a primeira tentativa de Cascudo de sistematização da história da cidade aparece no artigo “Cidade do Natal”, publicado num periódico local em 1926. A apropriação da narrativa histórica que se delineava desde o início do século revela-se na afirmação de que embora fosse “cidade desde o nascimento”, Natal chegava ao século XX apresentando a mesma “estrutura do século XVIII. As mesmas praças, ruas e limites”. Para tanto, constrói seu breve artigo comparando os vários relatos aos quais teve acesso, citando em especial as descrições do espaço urbano – ou de um espaço que não existia.⁷⁹

Mas este trabalho moderno era ainda mais recente do que aqueles apontados por Eloy de Souza; remontavam aos esforços de superação do clima decadentista que se instaurara no início dos anos 20 e situava-se dentro do ciclo de reformas urbanas empreendidas, em especial, pelo engenheiro Omar O’Grady a partir de 1924.

Esta interpretação – que tematiza os anos 1920 como o período chave para entender a transformação de Natal em uma cidade de fato – apareceria de forma clara nos dois artigos que escreveu por ocasião da exposição aberta ao público do Plano Geral de Sistematização no prédio da Intendência Municipal.

A discussão do plano abria possibilidades para discutir a própria história da cidade e os significados da sua condição durante o período colonial para a trama urbana herdada. As representações em negativo dessa herança ilustram as descrições que estabelece. As ruas do bairro comercial da Ribeira, por exemplo, abrir-se-iam – a partir das reformas contidas no plano – perpendicularmente ao rio em diversas praças. Destruía-se, assim, a “teia de aranha das ruas irracionais”, a tortuosidade que lembrava um “delírio de linhas convulsas”, o desmantelo, “os exemplos dos caminhos trêmulos e indecisos das cidades doentes de coloração estética”, cujos únicos remédios eram um fósforo e duas latas de querosene, como propôs o engenheiro Sampaio Correia – e lembraria Câmara Cascudo – em visita a Natal no mesmo período.⁸⁰

Entretanto, a proposta de Palumbo estava distante de fazer tábula rasa, consentiria Cascudo, citando Raymond Unwyn e apontando o pragmatismo dos urbanistas americanos. Era “a utilização da massa cidadina num plano racional de correção. Correção na parte existente”,⁸¹ correção dos confusos valores herdados do passado. Os esforços de modernização passavam pela vitória do homem sobre a natureza – “duma situação topográfica que não consentiu que a indiferente atenção dos homens desvirtuasse o que naturalmente estava feito”⁸² –, corrigindo, retificando, alargando “o amontoado de casario plantado a vontade dentro de alinhamentos invisíveis [que deram] bem cedo o plano disparatado d’uma cidade em curvas, oblíquas e ângulos agudos”.⁸³ O desleixo e descompromisso do ruador lusitano, tão bem ilustrada na história de Natal lida por Cascudo, era então afrontada pela atitude moderna e segura de traçar retas. A descrição da Ribeira no *Master Plan* de Palumbo demonstrava uma audácia respeitosa, onde “tudo ou quase tudo se poupou. Os traçados obedeceram a linha tradicional paralelas e verticais ao rio. Apenas o braço do homem alinhou raciocinadamente os valores confusos que herdamos em nome da cidade.”⁸⁴ Valores confusos que caracterizavam esta cidade em latência, “uma massa esperando aspecto”, uma natureza, bela e selvagem, esperando o esforço racional do homem para dar-lhe forma.

Cascudo, muito mais do que explicar, ajudaria a construir assim o processo de modernização por que Natal passava; a transformação de uma cidade a-histórica, como se afirmava, para uma outra, moderna, adequada às exigências da circulação e do comércio, do automóvel e do avião.

¹ A viagem a Natal consta no capítulo V do livro “Viagens ao Nordeste do Brasil” (Koster, 1817, p.96-117).

² Koster, 1817, p.109-110; grifos nossos.

³ Cf. Cascudo (1947, p.52-67) e a série de documentos dos séculos XVI e XVII sobre a capitania do Rio Grande transcritos por Hélio Galvão (1979, p.239-302).

⁴ Brandão, 1930, p.43.

⁵ Tradução do Cônego Estevam Dantas: “Da cidade do Natal, ou não tal, como em vista do seu tamanho por graça se diz” (apud Cascudo, 1942, nota 12 ao cap. V, p.116).

⁶ Spix e Martius, 1938, vol. 2, p.270; grifo nosso.

⁷ Araújo, 1822, p.147.

⁸ utilizamos essa expressão no sentido empregado, por exemplo, no texto introdutório da coletânea “Urbanismo no Brasil” (Leme, 1999) ou no artigo de Ana Fernandes e Marco Aurélio Gomes (1991) que discute a construção do campo temático da história urbana no Brasil.

⁹ É sabido, como discute José Lira (1999), que o saber urbanístico no Brasil seria atravessado, em especial entre as décadas 1920 e 1940, pelas mais várias hipóteses de formação do Brasil; Cândido Campos (2000), de forma similar, aponta como a introdução do urbanismo no Brasil foi enredado no debate brasileiro acerca da construção da nação e da sua nacionalidade.

¹⁰ A brasilianista Roberta Delson (1979) revela, por exemplo, no início dos seus estudos sobre a criação de vilas e cidades no Brasil do século XVIII, a sua surpresa ao se deparar com a representação – a qual chamará de “mito” – quase axiomática nos estudos sobre a América Latina, da cidade colonial desordenada e da falta de planejamento português no Brasil. Antes ainda, em estudo publicado inicialmente em 1968, Nestor Goulart (Reis, 2000a, 2000b) já chamara a atenção, a partir de vasta pesquisa documental, para a existência de planos urbanísticos no Brasil desde o século XVI e a sua relação com os interesses da metrópole sobre a colônia.

¹¹ Cf. Bresciani, 1998, p.242.

¹² Cf. Pechman, 1998, e Pesavento, 1998; a coletânea organizada por Bresciani (2001) põe em questão as “palavras da cidade”, seus conteúdos, significados, deslizamentos semânticos e imbricações nos processos sociais de urbanização.

¹³ História tradicional no sentido empregado por Burke (1990; 1992).

¹⁴ Como vários desses textos se aproximam de um formato literário, podemos concordar com Keith Thomas (1983, p.19) quando afirma que a literatura, embora deficiente como fonte histórica, é insuperável como “guia para os sentimentos e idéias pelo menos dos setores mais articulados da população”.

¹⁵ Mori, 1999; vale lembrar que para o naturalista alemão Alexander von Humboldt, cuja obra – e em especial *Ansichten der Natur* (1808) – teve grande influência sobre o pensamento científico oitocentista e sobre os viajantes-cientistas que se arvoraram aos trópicos, a História do Homem era dependente da aparência exterior da Natureza, do contorno do montes, da fisionomia de animais e plantas, do azul do céu, da forma das nuvens, da transparência atmosférica, etc. (Cf. Belluzzo, 1999, v. 2, p.23-24).

¹⁶ O ensaio do naturalista Von Martius sobre “como escrever a história do Brasil”, publicado na Revista do IHGB em 1844, falava no Brasil como um “país que tanto promete”, cujas bases assentavam-se em suas três raças formativas (Cf. Schwarcz, 1993, p.111-113).

¹⁷ Cf. Sevckenko, 1983; Ventura, 1991; Schwarcz, 1993; Herschmann e Pereira (orgs.), 1994.

¹⁸ Cascudo, 1929b, 1929c.

¹⁹ Cf. Marx, M., 1991.

²⁰ Embora pareça ocioso afirmar, não se pode deixar de mencionar que os nomes da elite intelectual, em sua maioria, estavam estreitamente vinculados, quando não se confundiam, aos nomes dos grupos dominantes política e economicamente.

²¹ Cf. na bibliografia o conjunto de documentos e acervos consultados para esta pesquisa.

²² Mesmo no caso do IHGB, sediado no Rio de Janeiro; cf. Schwarcz, 1993, p.99-140.

²³ Publicada desde 1903 com periodicidade irregular, permitiu a divulgação de documentos inéditos, além das atas de reunião e da produção de seus sócios.

²⁴ Nascido em Macaíba-RN em 1871 e educado no Recife, Castriciano, poeta simbolista de muita influência nos círculos intelectuais locais, ocupou diversos cargos públicos; foi secretário de governo de Tavares de Lyra em 1904, procurador-geral e secretário de estado de Alberto Maranhão entre 1908 e 1913 e vice-governador entre 1914 e 1924; foi co-fundador da Liga de Ensino e organizador da campanha pela instrução pública das classes populares e, sobretudo, das mulheres; esteve à frente da criação da Escola Doméstica em Natal, em 1911. Faleceu em Natal em 1947 (Cf. Oliveira, G. P., 2000; Araújo, H. H., 1995; Cascudo, 1921; 1965).

²⁵ As referências ao texto de Castriciano que se seguem baseiam-se na transcrição dos nove artigos publicados no livro organizado por Câmara Cascudo (1965, p.189-216).

²⁶ Castriciano, 1907, partes II e VII.

²⁷ *Ibidem*, parte I; o grande sucesso editorial e a rápida difusão já a partir da primeira edição d' "Os Sertões" (Ventura, 2000), ajudam a explicar a força de um estilo e de uma narrativa presente, por exemplo, nesses artigos de Castriciano.

²⁸ Cf. Ventura, 1991.

²⁹ Castriciano, 1907, parte II.

³⁰ *Ibidem*, parte I.

³¹ *Ibidem*

³² A visão dos trópicos no pensamento europeu e a influência dessa leitura na formação da crítica literária no Brasil são discutidas por Roberto Ventura (1991).

³³ *Ibidem*, parte IV; embora não seja nosso interesse discutir o mérito literário da obra de Lourival, cabe lembrar que a crítica de Castriciano não ilumina o vínculo do versejar popular e sertanejo de Lourival à tradição ibérica, expresso na métrica de "quadras", "parcelas" de cinco sílabas e nove pés, martelos, etc. (sobre os modelos de versos sertanejos Cf. Cascudo, 1939, p.15-19 et seq.), como pode ser percebido em alguns dos poucos versos transcritos por Castriciano.

³⁴ *Ibidem*, parte IV.

³⁵ *Ibidem*, parte VII e VIII; o sentimento "nativista", que marcara as discussões dos vários grupos políticos e intelectuais locais desde o final do Império, continuou na crítica ao tipo de "federalismo" – acusado de olhar com desdém para as antigas províncias do Norte – da Primeira República (Cf. Bueno, 2002).

³⁶ *Ibidem*, parte II; embora não nomeie, Castriciano aqui se refere claramente às disputas entre xarias e canguleiros.

³⁷ *Ibidem*

³⁸ Causas que já se esforçara por identificar no seu relatório de secretário do governo de 1904, importante documento que dá conta das ações governamentais tomadas por ocasião da grande seca desse mesmo ano (Cf. *Idem*, 1904).

³⁹ Castriciano, 1907, parte VII.

⁴⁰ Irmão de Henrique Castriciano, Souza nasceu em Recife, em 1873; bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade de Recife, em 1894; foi deputado federal (de 1897 a 1914 e de 1927 a 1930) e senador da República (de 1915 a 1927 e de 1934 a 1942) pelo Rio Grande do Norte; faleceu em Natal em 1959 (Cf. Cardoso, R., 1999, p.47-60).

⁴¹ Souza, E., 1909, p.40.

⁴² *Ibidem*, p.31.

⁴³ *Ibidem*, p.08-11.

⁴⁴ Souza, E., 1909., p.15-31.

⁴⁵ Cf. Azevedo, N. P., 1984.

⁴⁶ Editado pelo Diário de Pernambuco em comemoração ao seu primeiro centenário, o "Livro do Nordeste" foi organizado por Gilberto Freyre e publicado em 1925, com a colaboração de diversos intelectuais e artistas da região.

⁴⁷ Cf. Araújo, H. H., 1995, p. 22-23; a conferência de 1909, que ora comentamos, já trazia a primeiro plano a figura dos "afamados cantadores, boêmios incorrigíveis, vagabundos notâmbulos", como Manoel do Riachão, Manoel Tavares e o ex-escravo e rabequista Fabião das Queimadas (Cf. Souza, E., 1909, p. 26-27).

⁴⁸ *Ibidem*, p.30-46 passim.

⁴⁹ Tavares de Lyra, 1912, p.417, grifos nossos.

⁵⁰ Na sua crítica destinada diretamente aos intelectuais da Primeira República (Cf. Holanda, 1995, p.159-163 passim).

⁵¹ Souza, E., 1909, p.43.

⁵² Manoel Dantas nasceu em uma fazenda da região do Seridó (sertão do RN) em 1867 e formou-se bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife em 1890; foi jornalista, advogado, inspetor de instrução pública, (é considerado) precursor de estudos mais sistemáticos sobre a história e a geografia do estado, vice-governador entre 1904 e 1906, e presidente da intendência de Natal em 1924, ano em que faleceu.

⁵³ Comentando o Plano Geral de Sistematização de Giacomo Palumbo, Câmara Cascudo (1929b) diria: "O prolongamento da [Av.] Sachet aceitou o plano inconsciente e primitivo do começo do xadrez. Manoel Dantas que morou no Natal velho sonhou em 1909 a Ribeira 'enxadrezada'".

⁵⁴ Como os ensaios "Homens d'outrora" (1898) ou "O problema das secas" (1901) (In Dantas, M., 1941).

⁵⁵ Como aponta o ensaio "O mito de fundação de Natal ...", de Pedro de Lima (2000).

⁵⁶ Cf. Dantas, M., 1909, p.24-25; a proposição de uma leitura em quatro atos é de Pedro de Lima (2000, p.25-28), embora devamos ressaltar a dessimetria dessa "peça", quase toda concentrada no quarto e último ato: o "renascimento" da cidade depois de um "sono trissecular".

⁵⁷ Vários autores (dentre eles Lima, 2000) comentam, por exemplo, que Manoel Dantas já em junho de 1909 traduziu e publicou, n'A República, um resumo do "manifesto futurista" de Marinetti (divulgado originalmente no *Le Figaro*, em fevereiro desse mesmo ano).

⁵⁸ Dantas, M., 1909, p.36-37.

⁵⁹ *Ibidem*, p.27-37.

⁶⁰ Como aponta Lima, P., 2000, p.45-46.

⁶¹ *Ibidem*, p.43.

⁶² *Ibidem*, p.34.

⁶³ A esse respeito, veja-se por exemplo Vera Telles (1999).

⁶⁴ Deve-se ressaltar que esta referência à Paris não foi amiúde técnica ou concreta, mas emotiva, constituía-se como um modelo político e ideológico, um instrumento de propaganda e ilusão, como afirma Del Brenna (1985, p.09). O Rio de Janeiro teria um papel semelhante em relação às cidades brasileiras menores, como ressalta Pinheiro (2002; 1998), ao discutir o conceito de haussmannização e suas ressonâncias no Brasil, mais especificamente em Salvador e no Rio de Janeiro.

⁶⁵ Nasceu em Natal em 1898 e faleceu na mesma cidade em 1986; filho único de uma família abastada, para os padrões locais no início do século XX, e próxima ao círculo de poder em Natal, Cascudo teve uma educação privilegiada desde cedo; começou a escrever n'A *Imprensa*, diário de propriedade do seu pai, o Coronel Francisco Cascudo; estudou Medicina no Rio de Janeiro até o quarto ano mas acabou se formando bacharel em Direito, pela Faculdade do Recife, em 1927; a obra de Cascudo é imensa – com mais de 150 publicações, entre livros e plaquetes, além de uma rica marginália e uma prolífica correspondência – e ainda pouco estudada.

⁶⁶ Esses são alguns dos temas discutidos por Cascudo em suas primeiras crônicas n'A *Imprensa*, em 1918, segundo a bibliografia anotada por Zila Mamede (Cf. Mamede, 1970, vol. I, p.163-168).

⁶⁷ O ensaio como elemento central e estrutural na escrita de Cascudo é discutida por Araújo, H. H. (1998).

⁶⁸ Cascudo, 1947, p.148.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Observe-se que o Dicionário Aurélio, pelo menos em sua mais recente edição (CD-Rom Novo Aurélio Século XXI, ed. Nova Fronteira, 2000), incorpora os dois termos, xaria e canguleiro, pelo seu significado sócio-geográfico em Natal.

⁷¹ Cascudo, 1947, p.233-35.

⁷² As razões desta rivalidade, que não se restringia aos motejos e anedotas depreciativas de um bairrismo etnocêntrico, poderia ser discutido, como aventa Veríssimo de Melo, à luz da antropologia e psicologia sociais (1968, p.11-18), a partir da permanência de algumas características culturais dos povos primitivos da região, os Petiguara (ou Potiguares), pertencentes à família lingüística Tupi-Guarani. De qualquer maneira, se Cascudo registra um declínio desta tradição antes de 1880, Veríssimo aponta de forma sugestiva a sua transferência para os esportes no século XX: por exemplo, em 1915 foram fundados o ABC e o América, ainda hoje os principais clubes de futebol do estado; o primeiro pelos jovens da Ribeira, canguleiros portanto, e o segundo, alguns meses depois, pelos da Cidade Alta. “Um dos fundadores do ABC, Vicente Farache, confessou-nos que eles sempre exploraram essa rivalidade nos prélios contra os xarias do América” (*Ibidem*).

⁷³ Cascudo, 1947, p.235; grifos nossos.

⁷⁴ A crítica de Cascudo, que havia se voltado para os autores potiguares em “Alma patricia” (1921), com o intuito de estabelecer uma tradição literária local (Cf. Araújo, H.H., 1998; 1995), arvorava-se agora ao debate nacional, pondo em tema livros de autores como Menotti Del Piccia, Roquette Pinto, Agrippa de Vasconcelos, Lucilo Varejão, Jorge de Lima, Gustavo Barroso, dentre outros (Cf. Cascudo, 1924a).

⁷⁵ Cascudo, 1924a, p.16-18, “Natal à noite”.

⁷⁶ *Ibid.*, p.49-51, “O passado vivo”.

⁷⁷ Araújo, H.H., 1998, p.09.

⁷⁸ Cf. Cascudo, 1924b, p.34-42; essa relação entre a faceta de escritor e de historiador de Cascudo é discutida por Araújo (*Ibid.*)

⁷⁹ Cascudo, 1926.

⁸⁰ Cascudo, 1929a.

⁸¹ *Idem*, 1929b.

⁸² Cascudo, 1929a.

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ *Idem*, 1929b.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Maristela O. *Anotações sobre a obra etnográfica de Câmara Cascudo*. Natal: IHGRN; Salvador: Fundação João Fernandes da Cunha, 1999.

ARAÚJO, Humberto H. Introdução. *Asas de Sófia: Ensaio Cascudianos*. Natal: FIERN, SESI, 1998.

_____. *O lirismo nos quintais pobres: a poesia de Jorge Fernandes*. Natal: Fundação José Augusto, 1997.

_____. *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte*. Natal: Universitária, 1995.

ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2 ed. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ANDRADE, Mário de. *Cartas de Mário de Andrade a Luis da Câmara Cascudo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. (Obras de Mário de Andrade, vol. 24)

_____. *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos viajantes*. 2 ed. 3 vol. São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

BRANDÃO, Ambrosio Fernandes [1618?]. *Diálogos das grandezas do Brasil* (introdução Capistrano de Abreu). Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1930.

BRESCIANI, Maria S. M. (Org.) *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universitária, UFRGS, 2001.

_____. História e historiografia das cidades, um percurso. In FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto; Universidade São Francisco, p. 237-258, 1998 (b).

_____. As sete portas da cidade. *Espaço e Debates*, São Paulo, n.34, ano XI, 1991.

BURKE, Peter. (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. trad. M. Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAMPOS, Candido M. Urbanismo e anti-urbanismo no debate nacional brasileiro, 1900-1945. In SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6, out. 2000, Natal-RN. [*Anais eletrônicos...*] Natal: PPGAU/UFRN, 2000. 1 CD-ROM.

CASCUDO, Luis da Câmara (1947) *História da Cidade do Natal*. 3 ed. Natal: IHGRN, 1999.

_____. Prefácio do tradutor. In KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942

_____. Cidade do Natal do Rio Grande. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano I, n.4, p.03, ago. 1928.

_____. (1926) *Cidade do Natal*. Natal: Sebo Vermelho, 1999.

_____. *Histórias que o tempo leva...* (da história do Rio Grande do Norte). São Paulo: Monteiro Lobato & Co., 1924 (re-edição fac-similar da coleção Mossoroense, série C, vol.757, 1991).

_____. (1921) *Alma Patrícia: crítica literária*. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1998.

-
- CASTRICIANO, Henrique. (1925) Uma figura literária do Nordeste: Nísia Floresta. In FREYRE, Gilberto et al. *Livro do Nordeste* (comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco). 2 ed. fac-similar. Recife: Arquivo Público Estadual, p.138-139, 1979.
- _____. (1907) Lourival e seu tempo. A República, Natal, 3, 4, 5, 9, 16, 20 e 24 de julho e 01 de agosto de 1907. In CASCUDO, L. C. *Nosso amigo Castriciano. 1874-1947. reminiscências e notas*. Recife: Imprensa Universitária, p.189-216, 1965.
- _____. (1904) Relatório da Secretaria de Governo. In TAVARES DE LYRA, Augusto. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado do RN a 14 de julho de 1904*. Natal: Typ. d'A República, 1905.
- CUNHA, Euclides da. (1902) *Os Sertões: campanha de Canudos*. 39 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; Publifolha, 2000.
- HOLANDA, Sérgio B. de. (1936) *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSTER, Henry. (1817) *Viagens ao Nordeste do Brasil*. trad. e notas de Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- LOPEZ, Telê A. As viagens e o fotógrafo. In ANDRADE, M. *Mário de Andrade: fotógrafo e turista aprendiz*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, p.109-119, 1993.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MORI, Karla K. A ideologia na constituição do espaço brasileiro. In DEÁK, C. e SCHIFFER, S. R. (orgs.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, p.49-71, 1999.
- NEVES, Margarida da S. O Sertão (en)cantado: cores e sonoridades. In: *site Modernos Descobrimientos do Brasil*, disponível em: venus.rdc.puc-rio.br/gorg/desc/cascudo/frame.htm. Acesso em 16 jun. 2002.
- ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Eloy de. (1925) Os últimos cantadores do Nordeste. In FREYRE, Gilberto et al. *Livro do Nordeste* (Comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco). 2 ed. fac-similar. Recife: Arquivo Público Estadual, p.66-67, 1979.
- _____. (1909) *Costumes locais*. Natal: Sebo Vermelho, 1999.
- SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. 2 vol. trad. L. F. Lahneyer. Rio de Janeiro, 1938.
- TAVARES DE LYRA, Augusto. (1921) *História do Rio Grande do Norte*. 3 ed. Natal: IHGRN, 1998.
- _____. *Chorographia do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Brasileira Lux, 1924.
- _____. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1921.
- _____. *O Rio Grande do Norte – 1911*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1912.
- TAVARES DE LYRA, Augusto e LEMOS, Vicente de. Apontamentos sobre a questão de limites entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. *Revista do IHGRN*, Natal, Typographia d'O Século, vol. III, n.01, p.11-146, jan. 1905 (a).
- _____. *Revista do IHGRN*, Natal, Typographia d'O Século, vol. III, n.02, p.231-402, jul. 1905 (b).
- TELLES, Vera da S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. Guia de leitura – Euclides da Cunha e Os Sertões. In CUNHA, E. da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 39 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; Publifolha, 2000